

o anuário do património

boas práticas de conservação e reabilitação

2018 | N.º 3 | Periodicidade bienal | € 20,00 (IVA incluído)

OPINIÃO
Património de
infinita riqueza

POLÍTICAS PÚBLICAS
Reabilitar como Regra

LEGISLAÇÃO
Relatório prévio.
Questões técnicas
frequentes

REPORTAGEM
A reabilitação do
Palácio da Bolsa.
Património,
complexidade e
trabalho em rede

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO * PATRIMÓNIO INTEGRADO E MÓVEL * EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES *
PROJECTO, FISCALIZAÇÃO E ARQUITECTURA PAISAGISTA * INSPECÇÕES, ENSAIOS E ARQUEOLOGIA *
PRODUTOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E NOVAS TECNOLOGIAS * GESTÃO CULTURAL E PATRIMÓNIO
IMATERIAL * FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO * ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

**DIRECTÓRIO
DO PATRIMÓNIO**
AGENTES
DO SECTOR

ISSN 2182-522X



9 772182 522007

● Artigos técnico-científicos ● Vária ● Directório do Património

* Textos redigidos ao abrigo do novo acordo ortográfico

DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO		8
Uma fonte de consulta		
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO		9
* A intervenção do património exige atores qualificados. O papel do GECORPA Vasco Peixoto de Freitas		10
Património cultural. Identidade e diversidade Guilherme D'Oliveira Martins		12
Património e aparelho de Estado. Desconcentrar, regionalizar (encapotadamente) ou nenhuma das coisas? Luís Raposo		15
Património de infinita riqueza Álvaro Domingues		20
A reabilitação do Palácio da Bolsa. Património, complexidade e trabalho em rede Regis Barbosa		30
Projecto (a)Riscar o património Jorge Vila Nova Alves, Margarida Donas Botto		36
* Paisagem cultural e arquitetura. Critérios para o estudo do património construído nas regiões de montanha de Portugal e Marrocos Miguel Reimão Costa, Desidério Batista		39
As fortificações da Barra do Sado nos séculos XVI e XVII Marta Isabel Caetano Leitão		46
* Igreja de Nossa Senhora da Graça, Areias. Reabilitação das coberturas e da abóbada da capela-mor Lurdes Belgas, Jorge Mascarenhas, Fernando G. Branco		52
Restauro de bens imóveis histórico-artísticos		60
PATRIMÓNIO INTEGRADO E MÓVEL		65
* Sala D. Manuel. Museu Nacional do Azulejo. Intervenção de requalificação Carla Patrícia Duarte Garvão		66
Museu Diocesano de Santarém. Estudo da escultura em terracota policromada Nossa Senhora da Piedade recorrendo a técnicas de microanálise José Frade, Carla Felizardo, José Ferrão Afonso, Eulália Subtil, Carla Ferreira, António Candeias		74
* "Ceia de Emaús" do Museu de Santa Maria de Lamas. Análise iconográfica da tela de possível enquadramento maneirista José Carlos de Castro Amorim		84
* Conservação das fachadas sobre os jardins superiores do Palácio Nacional de Queluz. Revestimentos exteriores, cantarias e vãos Ana Paula Ferreira Pinto, António Candeias, Carlos Marques, Daniel Vaz Silva, Sandra Alves, Vanessa Ferreira		90
* Restauro do revestimento dourado do Pátio das Nações, no Palácio da Bolsa. Apoio das análises laboratoriais para a definição de uma metodologia de intervenção Lara Aladina Rodrigues, Teresa Carrilho Ferreira, Filipe Ferreira		96
Conservação do património integrado e móvel		106
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		109
* Reabilitar como Regra Ana Pinho		110
* Algumas reflexões sobre a reabilitação urbana e a qualificação dos seus intervenientes António Sousa Gago, João Vieira Caldas		112
* A conservação do património do início do século XX. Desafios e perspetivas do ponto de vista da engenharia Esmeralda Paupério, Xavier Romão, Nelson Vila Pouca, António Arêde, Humberto Varum		114
* Ponte Internacional de Valença. Ao PK 131,451 da Linha do Minho. Reforço e reabilitação das fundações Rui Antunes Rodrigues, Ricardo Matos Forte		118
* Reforço e reabilitação das infraestruturas da ponte do Zêzere 1.ª ao PK 157+701 da Linha da Beira Baixa Ricardo Matos Forte		126
Conservação e reabilitação de edifícios e outras construções		134
PROJECTO, FISCALIZAÇÃO E ARQUITECTURA PAISAGISTA		139
* A paisagem com património Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas		140
* Relatório prévio. Questões técnicas frequentes Flávio Lopes		142
* Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas. Contributos da conservação e restauro para a implementação de um plano de recuperação Fátima de Llera, Paulo Carreira		150
* Trabalhos de escavação em edifícios centenários na Rua Rosa Araújo, Lisboa. Preservação e reabilitação de fachadas Ana Pereira, Alexandre Pinto		158
Projecto e fiscalização Arquitectura paisagista		164
INSPECÇÕES, ENSAIOS E ARQUEOLOGIA		171
Da longa ausência de um plano de ordenamento no Parque Arqueológico do Vale do Côa Dalila Correia, Carla Magalhães, Jorge Sampaio, Mário Reis		172
A arqueologia náutica e subaquática em Portugal. Passado, presente e futuro Jacinta Bugalhão		176

* Sophia de Mello Breyner Andresen. Miradouro. Um vestígio da muralha fernandina Rui Pinheiro	184	* Paços do Concelho. A gestão do património cultural em espaços com memória Helena Afonso Rodrigues	294
* Avaliação de segurança e reforço sísmico de estruturas de adobe no Perú Federica Greco, Paulo B. Lourenço	190	UNESCO – Rede do património mundial de Portugal UNESCO – Elementos inscritos nas listas da convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial UNESCO – Cidades criativas	302
* Avaliação estrutural da abóbada da Igreja Matriz de Bucelas António Sousa Gago, Ricardo Ferreira	199		
Reabilitar para o futuro. Igreja de Açoreira, Torre de Moncorvo B. Quelhas, V. Lopes, J. M. Guedes, T. Ilharco, A. Costa, Ana Rodrigues	206		
* Laboratório Chimico. Inspeção, diagnóstico e ensaio de carga em asnas de madeira recuperadas Jorge M. Branco, Paulo B. Lourenço	212		
Inspeções e ensaios Arqueologia	224		
PRODUTOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E NOVAS TECNOLOGIAS	227		
Fornos tradicionais de cal e o seu processo de fabrico Maria Goreti Margalha	228		
* Novas tecnologias em estudos do património Empatia	236		
Produtos, materiais e equipamentos Tecnologias digitais e interactivas	238		
GESTÃO CULTURAL E PATRIMÓNIO IMATERIAL	243		
* Atualização da lista indicativa de Portugal Clara Bertrand Cabral	244		
* Museu Interativo de Mora. O primeiro museu de megalitismo em Portugal Leonor Rocha	247		
* Memóriamedia e-Museu. O património cultural imaterial e as comunidades Filomena Sousa	252		
* Políticas públicas para promover a acessibilidade e inclusão nos imóveis afetos à DGPC Clara Mineiro	258		
* Como zelar pela segurança em museus e monumentos João Seabra Gomes, Fátima Peralta, José Gonçalves, António Possidónio Roberto	265		
A Praça de Touros do Campo Pequeno. Uma reflexão crítica sobre o património imaterial Maria de Lourdes Henriques Raposo	270		
Pleito contra um turismo (tendencialmente) insustentável. A <i>disneyficação</i> de Óbidos Joaquim Rodrigues dos Santos	276		
* Património como alavanca ao desenvolvimento local. As lojas tradicionais da Baixa Pombalina Mariana Lopes Ferreira Martinho	282		
Os limites à musealização do património industrial e técnico. O caso do moinho de maré de Corroios Vanessa Alexandra Pereira	289		
		FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO	305
		Investigação e projecto em património. O caso MIARQ/EAUM João Cabeleira	306
		* Ligação por pregagem entre pavimentos e paredes de alvenaria de pedra tradicional Vasile Hritiu, Fernando F. S. Pinho, Válder Lúcio	308
		Cursos de especialização tecnológica Cursos profissionais Acções de formação Cursos técnicos superiores profissionais Licenciaturas Pós-graduações Mestrados Centros de investigação Centros de documentação Arquivos Bibliotecas especializadas / temáticas	323
		ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA	337
		Recooperar José Manuel Pedreirinho	338
		* Anuário do Património 2018. O testemunho da Ordem dos Engenheiros Fernando F. S. Pinho	341
		Basta. Reabilitar ou simplesmente intervir José Manuel Mendes Delgado	342
		Associações de defesa do património. Reflexões sobre modelos associativos mistos Sofia Costa Macedo	343
		* As ONG do património no terreno. Mais protagonismo na exigência do cumprimento da Lei Vitor Córias	346
		* Unir as ONG em defesa da nossa herança comum. Declaração Final do Fórum do Património 2017	350
		Problemáticas da conservação e estratégias do ICOMOS-Portugal divulgação para o triénio 2018-2020 Soraya Genin	352
		A SPEHC. Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção João Mascarenhas Mateus, António Sousa Gago	354
		O Colégio do Património Arquitectónico da Ordem dos Arquitectos Diana Eibner Roth, Fernando Sanchez Salvador, Francisco Pólvora, João Appleton, José Baganha, José Barra, Maria Fernandes, Pedro Alarcão	356
		Associações de defesa do património Associações empresariais e profissionais Fundações Ordens Movimentos de cidadania	358
		Índice Alfabético	368

DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO

UMA FONTE DE CONSULTA

O elevado número de agentes, entidades, empresas, profissionais e decisores com actividade na área da conservação do património e da reabilitação do edificado tornou vital a publicação de um guia completo que disponibilize e facilite o acesso a informações relevantes: serviços, entidades, produtos e equipamentos.

O **Directório do Património** pretende ser um instrumento de consulta para todos aqueles que trabalham no sector do Património Cultural. Dar a conhecer quem são, o que fazem e onde estão é o objectivo deste directório. A inclusão das entidades é realizada por inscrição. O Directório encontra-se organizado por área de actividade.

Tratando-se de uma recolha que reúne um grande número de dados e apesar do rigor aplicado, qualquer informação publicada está invariavelmente sujeita a alterações, pelo que não invalida a consulta das próprias fontes ou entidades para a obtenção de informação específica.

COMO ENCONTRAR O QUE PROCURA

As listagens detalhadas que compõem o Directório do Património encontram-se distribuídas ao longo do Anuário do Património.

Consulte o índice na **página 6** para encontrar a categoria que procura.

O Directório possui um índice alfabético na **página 367** que localiza todos as entidades inscritas.

FICHA TÉCNICA

N.º 3 - 2016 | 2018

Proprietário e editor | Canto Redondo - Edição e Produção, Lda.

Sede da Redacção | Rua Guilherme Gomes Fernandes, 18 - Loja B
2700-446 Amadora

Contactos | T. +351 +351 215 867 771 | +351 917 779 747
www.cantoredondo.eu | www.anuariodopatrimonio.com
geral@cantoredondo.eu | artigos@anuariodopatrimonio.com
directorio@anuariodopatrimonio.com

Director | Vítor Cóias

Editora | Joana Morão

Comissão Científica | Alexandra Antunes de Carvalho, António Jaime Martins, António Sousa Gago, Clara Bertrand Cabral, David Santos, Deolinda Folgado, Fernando F. S. Pinho, Humberto Varum, Ivone Nobre, João Cabeleira, João Coroado, João Marques, João Mascarenhas Mateus, José Aguiar, José Arnaud, José Manuel Delgado, José Raimundo Mendes da Silva, Júlio Appleton, Maria do Rosário Veiga, Maria Fernandes, Margarida Alçada, Maria Ramalho, Paulo B. Lourenço, Paulo Reis, Sónia Talhê Azambuja, Valter Lúcio, Vasco Martins Costa, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias

Redacção | Lia Nunes, Daniel Gomes, Regis Barbosa, Leonor Medeiros, Indira Leão - artigos@anuariodopatrimonio.com

Grafismo e Paginação | Joana Torgal

Impressão e acabamento | Printer Portuguesa
Edifício Printer, Casais de Mem Martins, 2639-001 Rio de Mouro

Departamento Comercial | Daniel Gomes | directorio@anuariodopatrimonio.com

Distribuição e venda | Espaço Livro - Compra, venda e distribuição de livros e outras matérias | correio@espacolivre.eu | T. +351 +351 215 867 771 | +351 917 779 747

Tiragem | 3 000 exemplares

Periodicidade | Bial

N.º de registo na ERC | 126172

ISSN | 2182-522X

Depósito legal | 341320 / 12

Os artigos publicados no *Anuário do Património* são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem, necessariamente, o ponto de vista da direcção da publicação nem vinculam o Canto Redondo.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico sem autorização prévia do Canto Redondo.

Agradecimentos | A terceira edição do Anuário do Património foi apoiada pelas seguintes instituições: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, Centro Nacional de Cultura, Comissão Nacional da Unesco, Direcção-Geral do Património Cultural, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ICOMOS-Portugal, Instituto da Construção, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, IP, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Capa | Cobertura do Pátio das Nações, construída em ferro e vidro e encimada por clarabóia. Reabilitada no âmbito das intervenções no Palácio da Bolsa, Porto.

© Luís Ferreira Alves

Solicita-se permuta | Pídesse canje | Exchange wanted | On prie l'echange | Sollicitiamo scambio | Wir bitten um Austausch

© 2018 CANTO REDONDO



UMA EDIÇÃO



APOIOS INSTITUCIONAIS



DA LONGA AUSÊNCIA DE UM PLANO DE ORDENAMENTO NO **PARQUE** **ARQUEOLÓGICO** **DO VALE DO CÔA**

DALILA CORREIA, CARLA MAGALHÃES, JORGE SAMPAIO, MÁRIO REIS | Parque Arqueológico do Vale do Côa / Fundação Côa Parque

O CÔA VOLTOU RECENTEMENTE A SER NOTÍCIA PELO TRISTE ACTO DE VANDALISMO, REALIZADO SOBRE UMA DAS REPRESENTAÇÕES MAIS ICÓNICAS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA. ESTA OCORRÊNCIA SÓ FOI POSSÍVEL DEVIDO AO DESINVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA DOS SÍTIOS ABERTOS AO PÚBLICO, NO CONTEXTO DOS CORTES ORÇAMENTAIS AFECTOS À FUNDAÇÃO CÔA PARQUE. CONCRETAMENTE, ENQUANTO QUE DOIS DOS SÍTIOS MAIS VISITADOS, CANADA DO INFERNO E PENASCOSA, VIRAM A SUA VIGILÂNCIA CIRCUNSCRITA AO PERÍODO DIURNO, (EMBORA TAMBÉM POSSAM SER VISITADOS DURANTE A NOITE), JÁ A RIBEIRA DE PISCOS, ONDE ESTE ACTO BÁRBARO E INCONSCIENTE SUCEDEU, VIU A SUA VIGILÂNCIA TOTALMENTE CORTADA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS.

O fenómeno do vandalismo é um problema grave de conservação que o Vale do Côa enfrenta, à semelhança aliás da generalidade dos sítios patrimoniais, em particular nos sítios de arte rupestre divulgados ao público. Está comprovado que uma guardaria presencial é a forma mais eficiente de reduzir acentuadamente o risco deste género de ocorrências.

No entanto, o vandalismo não é o único problema com que se enfrenta a salvaguarda da arte do Vale do Côa, já que a falta de enquadramento legal do território provoca um inadmissível e perigoso vazio na sua gestão.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) possui uma extensão de aproximadamente 20 000 ha, com cerca de 90 sítios com arte rupestre, onde foram inventariados mais de 1 200 painéis gravados, e ainda muitas dezenas de outros sítios arqueológicos de cronologias muito diversas, que já extravasam em muito a área do PAVC inicialmente definida. Este facto eleva a questão da salvaguarda patrimonial para um patamar bem mais abrangente do que meramente os locais abertos ao público.

Um território com uma matriz de solo tão diversa, ecossistemas naturais protegidos, uma crescente notoriedade



1. Imagem do acto de vandalismo realizado na rocha 2 da Ribeira de Piscos no dia 25 de Abril de 2017. Os novos motivos sobrepõem-se a figuras paleolíticas, incluindo a figura humana conhecida como "Homem de Piscos". © Pedro Nuno Pinto

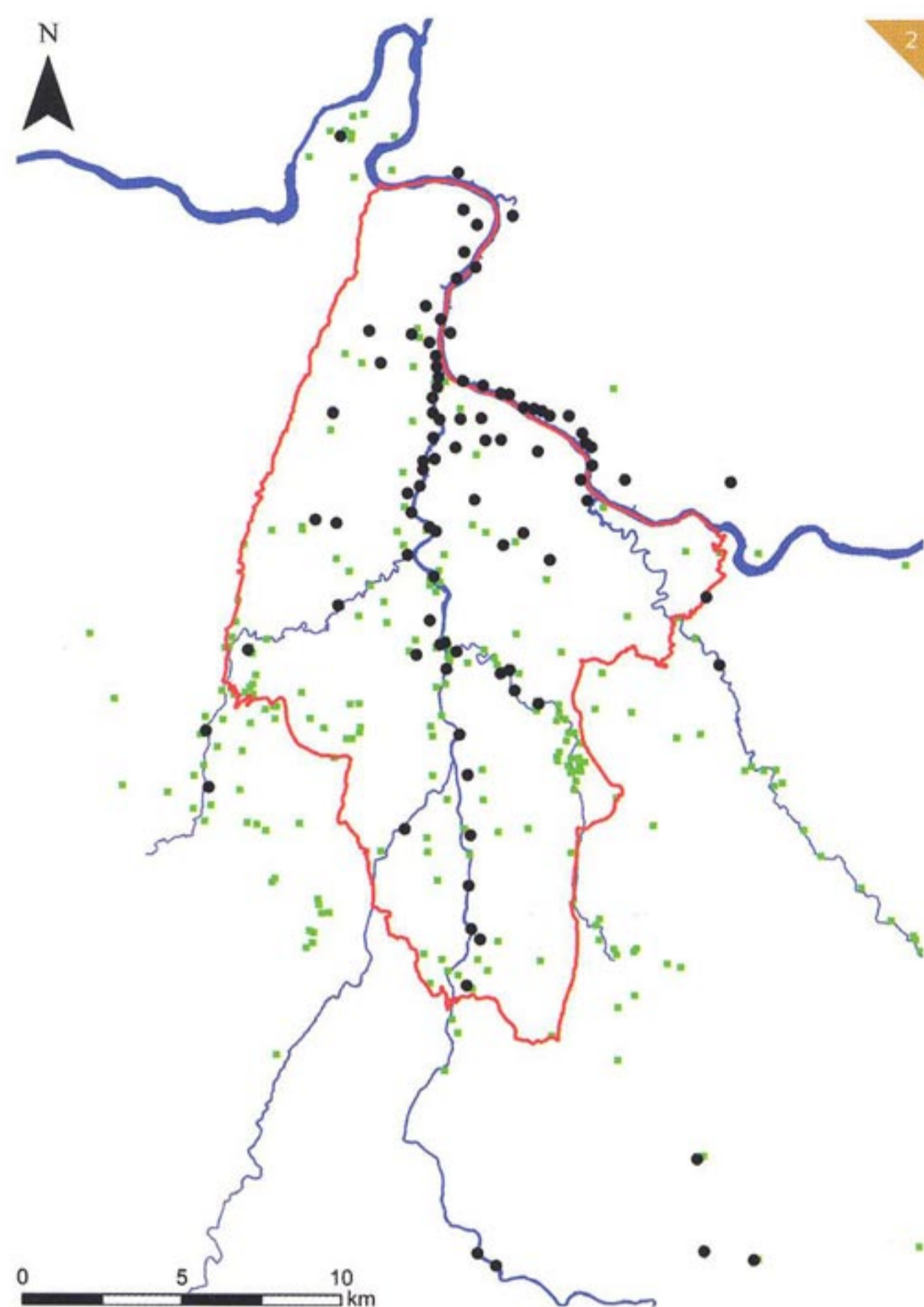
turística (com claro destaque para a própria Arte do Côa e o turismo fluvial/vínico no Douro) e um crescente aproveitamento do seu potencial agrícola, com a instalação de numerosas explorações modernizadas, carece claramente de uma gestão e ordenamento capazes de dar resposta aos novos desafios e perigos implícitos nesta transformação da paisagem que está em curso.

Esta nova dinâmica de desenvolvimento do território é muito positiva e bem-vinda, numa região interior de baixa densidade demográfica e economia tendencialmente débil. Não obstante, traduz-se em desafios evidentes para a conservação do património da região, entre os quais as infra-estruturas associadas à rede viária rural e eléctrica e à profunda transformação dos solos e paisagem para uso

agrícola com uma abrangência sem precedentes, onde se evidenciam as quintas vinhateiras, incentivadas pelos fundos comunitários. A estes factores, acrescem também, em menor escala, novos empreendimentos turísticos ou outras construções em áreas sensíveis.

Ora, toda esta dinâmica decorre numa área classificada como Monumento Nacional, Património Mundial da UNESCO desde 1998, e numa Zona de Protecção Especial (ZPE) implementada face à diversidade e raridade de avifauna rupícola, no âmbito da REDE NATURA 2000. Releva-se também o facto de no coração da área do PAVC existir a Reserva da Faia Brava, única reserva natural privada do país, adquirida e devidamente ordenada por uma associação local (Associação Transumância e Natureza) fortemente apoiada por projectos e mecenato internacional.

Neste território do Parque Arqueológico do Vale do Côa, onde tantas valias patrimoniais (culturais e ambientais) se cruzam e sobrepõem, é absolutamente extraordinário e inconcebível que não exista um Plano de Ordenamento do Território¹.



2. Cartografia sucinta do PAVC, indicando-se a sua delimitação (a vermelho) e a distribuição dos sítios arqueológicos actualmente inventariados: os pontos negros representam os sítios com arte rupestre.

3. Uma das muitas figuras da arte rupestre do Vale do Côa, o extraordinário bode da rocha 5 de Vale de Cabrões.

Sendo que este Plano é a única ferramenta legal capaz de gerir todas estas diferentes valias patrimoniais e a acção humana decorrente de um território com um renovado potencial económico, a sua existência está, obviamente, prevista desde a criação do PAVC em 1996. Foi aliás elaborada uma proposta de Plano de Ordenamento pela Universidade de Aveiro, entregue em 1999. Tal proposta, embora apresentada aos sucessivos Ministérios ou Secretarias de Estado da Cultura que tiveram a responsabilidade de tutelar os Sítios Classificados como Património Mundial, jamais conseguiu ultrapassar esta etapa preliminar, nunca alcançando a sua promulgação na Assembleia da República. Questionamos com legítimo espanto o porquê deste longo protelar da aplicação de uma ferramenta basilar nos deveres e competência do Estado Português sobre este território.

A falta de articulação entre as várias entidades que se pronunciam sobre a gestão do território e o PAVC, tem como consequência a incapacidade de existir uma avaliação prévia dos potenciais impactes negativos das variadíssimas acções aqui a decorrer, pondo em causa a salvaguarda do seu património. Significa, portanto, que actualmente as ameaças se estão a multiplicar sobre a conservação das várias formas de expressão patrimonial,

entre as quais, naturalmente, a arte rupestre e não há como prevenir essas ocorrências, excepto quando já estão em curso, ou até concretizadas.

Um exemplo ilustrativo e pragmático, um entre muitos, das possíveis consequências negativas da ausência desta articulação, surgiu nos últimos anos num dos sítios cimeiros, mas não visitável, da Arte do Côa, com o alargamento de uma vinha e a consequente surriba do terreno, a pouco mais de 20/30 metros de um conjunto significativo de rochas com motivos sobejamente conhecidos do Paleolítico Superior e Idade do Ferro. Apesar destes trabalhos não terem levado à destruição de afloramentos gravados, a verdade é que só tomámos conhecimento após a sua execução. As consequências poderiam ter sido muito graves.

É importante dizer que, neste caso, um parecer prévio do PAVC não teria, de forma alguma inviabilizado os trabalhos agrícolas ali desenvolvidos, apenas teria tido em conta a proximidade à arte rupestre e recomendado medidas de ajustamento dos limites dos trabalhos em causa.

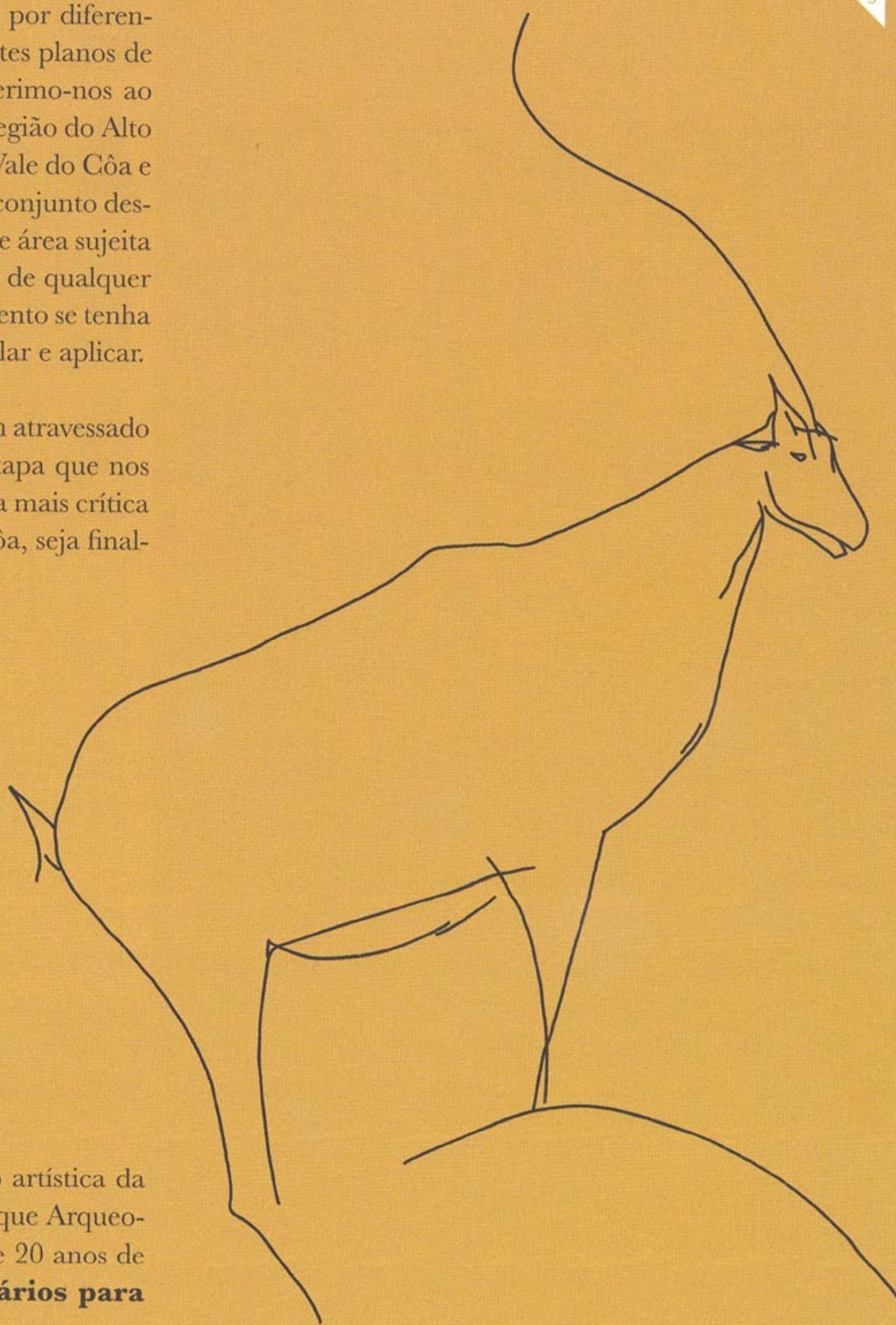
Neste quadro, urge iniciar-se a revisão da proposta do Plano de Ordenamento e sua promulgação legal. Tal revisão deveria também actualizar os limites da área do PAVC, tendo em conta a ampliação territorial entretanto sobrevinda das numerosas ocorrências patrimoniais no âmbito da arte rupestre e dos seus contextos arqueológicos, que formam um todo harmonioso e territorialmente circunscrito, mas extravasando já um pouco para fora da área actualmente definida.

No compasso de espera, seria fundamental encontrar formas céleres e eficazes de análise prévia dos processos de licenciamento propostos, criando protocolos com as entidades que têm competências sobre o território (nas tutelas da Cultura, Ambiente e Agricultura), de forma a evitar situações potencialmente graves e possivelmente irreversíveis, com implicações não só no Património, mas também, e em última análise, no prestígio do país junto das entidades internacionais que chancelam o Património Mundial.

Num olhar mais abrangente para toda a região do Douro Superior e Douro Internacional, constatamos que se

encontra sujeita a elevados valores de preservação e conservação, num mosaico de áreas protegidas por diferentes valias e, conseqüentemente, com diferentes planos de ordenamento e gestão. Concretamente referimo-nos ao Parque Natural do Douro Internacional, à região do Alto Douro Vinhateiro, e às já referidas ZPE do Vale do Côa e Reserva Privada Natural da Faia Brava. No conjunto deste vasto território, com mais de 300 000 ha de área sujeita a protecção, o Côa destaca-se pela ausência de qualquer plano de ordenamento, sem que até ao momento se tenha vislumbrado uma vontade política de o legislar e aplicar.

As vicissitudes administrativas que o Côa tem atravessado apontam neste momento para uma nova etapa que nos leva a ter esperança que esta questão, sendo a mais crítica no que respeita à salvaguarda do Vale do Côa, seja finalmente ultrapassada.



A Arte do Côa marca o início da expressão artística da humanidade há mais de 20 000 anos. O Parque Arqueológico do Vale do Côa conta já com mais de 20 anos de existência. **Quantos mais serão necessários para existir aos olhos da lei?**

NOTA

1. O Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, define o regime jurídico dos Parques Arqueológicos como “áreas sujeitas a protecção especial”.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, F. P. P. M. (2005). *O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território: os planos de ordenamento de parques arqueológicos*. Tese de mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Universidade do Porto, 2005.

Lima, A. (2002). O papel da investigação no ordenamento e gestão de Áreas Protegidas e Parques Arqueológicos e o aperfeiçoamento de instrumentos de planificação arqueológica. In *Actas do Seminário Gestão de Sítios e Paisagens*. Conímbriga (no prelo).

Luís, L. (2000) Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. In *Les Nouvelles d'Archéologie*, 82 (4), p. 47-52.

Pau-Preto, F.; Luís, L. (2003). Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico: Uma nova figura de planeamento. In *Planeamento*, 1, Aveiro, p. 73-79.

Santos, R. (1999). *Prática e instrumentos do planeamento urbano, qualidade de vida urbana, valorização do património urbanístico e arquitectónico – exercício para o Vale do Côa*. Projecto final de curso. Universidade de Aveiro – PRU (policopiado).